



ACESSIBILIDADE E INCLUSÃO DE PESSOAS COM DEFICIÊNCIA NO ENSINO SUPERIOR

ACESSIBILITY AND INCLUSION OF PEOPLE WITH DISABILITIES IN HIGHER EDUCATION

BELTRÃO, Ana Maria de Figueirêdo (1)

ALVES, Rosiane Pereira (2)

MARTINS, Laura Bezerra (3)

(1) Universidade Federal de Pernambuco, Mestranda em Ergonomia
e-mail: ana.fbeltrao@ufpe.br

(2) Universidade Federal de Pernambuco, Doutora em Design
e-mail: rosiane.alves@ufpe.br

(3) Universidade Federal de Pernambuco, Doutora em Arquitetura
e-mail: laura.martins@ufpe.br

RESUMO

Este artigo aborda questões sobre a inclusão de pessoas com deficiência no ensino superior, através de dados estatísticos do IBGE, que demonstram a crescente quantidade de matrículas destes estudantes, porém poucos deles conseguem ter acesso e permanecer nas universidades. Estes números são ainda bem menores com relação ao mercado de trabalho. O acesso à educação superior proporcionado pelas cotas representa um passo importante na inclusão desses estudantes, mas não é suficiente, é preciso que as instituições acolham e ofereçam uma educação de qualidade. Há muito ainda a ser feito para alcançarmos uma sociedade mais inclusiva.

Palavras-chave: Educação inclusiva; acessibilidade; ergonomia.

ABSTRACT

This article addresses questions about the inclusion of people with disabilities in higher education, through IBGE statistical data, which demonstrate the increasing number of enrollments of these students, but few of them can access and remain in universities. These figures are still much lower in relation to the labour market. Access to higher education provided by quotas represents an important step in the inclusion of these students, but it is not enough, institutions need to welcome and offer quality education. There is much still to be done to achieve a more inclusive society.

Keywords: Inclusive education; accessibility; ergonomics.



1. INTRODUÇÃO

Cresce o número de estudantes com deficiência matriculados no ensino superior, e representa um aumento de 153% em uma década segundo a Associação Nacional das Universidades Particulares (ANUP) em 2021, e representa um aumento de 153% em uma década. De acordo com levantamento do Censo da Educação Superior, em 2009, 20.019 alunos portadores de deficiência estavam matriculados em cursos de graduação. Em 2019, esses estudantes correspondiam a 50.683 matrículas, demonstrando um crescimento considerável. Segundo a ANUP, a Educação a Distância (EAD) é um dos recursos mais inclusivos para a pessoa com deficiência, além do avanço tecnológico que permite o estudante assistir as aulas de modo remoto, em casa ou no trabalho.

Nas Instituições Federais, as matrículas das pessoas com deficiência entre 2017 e 2019, período no qual já está em vigor a reserva de vagas para as pessoas com deficiência, teve um aumento de 30,97% nas matrículas desses estudantes. Esse dado, permite inferir que a Lei nº 13.409/2016 promoveu grande mudança no ingresso de estudantes com deficiência nas Instituições Federais, segundo dados do Censo Nacional da Educação, realizado anualmente pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep). O número de matriculados PCD com cotas passou de 2.962 (0,04% do total de matriculados) em 2017, para 5.053 (0,06% do total de matriculados), em 2018. Apesar do crescimento, as pessoas com deficiência (PCD) ainda representam apenas 0,52% do total de matriculados em cursos de graduação do Ensino Superior, com 43.633 alunos em 2018. Ainda que 6,2% da população brasileira tenha algum tipo de deficiência, considerando as deficiências auditiva, visual, física e intelectual, segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), o percentual de PCD nas universidades não chega a 1%. Apesar da política nacional para a pessoa com deficiência ter evoluído ao longo destes últimos anos, percebe-se através de Pesquisas Nacionais de Saúde (PNS) 2019, que muito ainda se tem que caminhar para uma sociedade mais inclusiva.

Resultados obtidos através da Pesquisa Nacional de Saúde (PNS) 2013, do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), realizada em convênio com o Ministério da Saúde, apontam, apresentou, dentre várias outras informações, dados estatísticos sobre as pessoas com deficiências temporária ou permanente, progressiva, regressiva ou estável e intermitente ou contínua, referentes a quatro tipos de deficiências: intelectual, física, auditiva e visual. Observa-se que das 200,6 milhões de pessoas residentes em domicílios particulares permanentes no Brasil, 6,2% possuía ao menos uma das quatro deficiências investigadas,



(sendo a deficiência intelectual a menos frequente e a visual a mais representativa na população). Em 2019, este mesmo órgão apresentou uma nova Pesquisa Nacional de Saúde (PNS), atualizada em 2021, cujos dados indicaram que apenas 28,3% das pessoas com deficiência em idade de trabalhar (14 anos ou mais de idade) estavam na força de trabalho, ante 66,3% daquelas sem deficiência. Cerca de 67,6% da população com deficiência não tinham instrução ou tinham o ensino fundamental incompleto, percentual que era de 30,9% para as pessoas sem nenhuma das deficiências investigadas. Esta mesma pesquisa também apontou que 17,3 milhões de pessoas com dois anos ou mais de idade (8,4% dessa população) tinham alguma das deficiências investigadas, e cerca de 8,5 milhões (24,8%) de idosos estavam nessa condição. Segundo o IBGE, o maior percentual de pessoas com deficiência era do Nordeste (9,9%), região onde todos os estados tiveram percentuais acima da média nacional. Os percentuais nas demais regiões foram: Sudeste (8,1%), Sul (8,0%), Norte (7,7%) e Centro-Oeste (7,1%).

Este artigo busca oferecer uma reflexão sobre a inclusão de pessoas com deficiência (PcD) no ensino superior, através da análise de dados estatísticos governamentais, a partir da Lei nº 13.409/2016) conhecida como Lei de Cotas, e a importância dos núcleos de apoio existentes nas instituições compostos pelos tradutores intérpretes de língua de sinais, e os laboratórios de tecnologia assistiva, no acolhimento destes estudantes. Almeja colaborar no processo de transformação social rumo à uma sociedade mais inclusiva. Revisa conceitos da literatura que embasam as questões pertinentes ao tema, tais como: Ergonomia, Educação Inclusiva, Acessibilidade e Desenho Universal, pilares que dão sustentabilidade à reflexão e consequente desenvolvimento do trabalho.

2. REFERENCIAL TEÓRICO

A educação inclusiva beneficia a sociedade como um todo. A presença de uma deficiência não implica em incapacidade, por outro lado, qualquer pessoa pode sofrer restrições do meio, mesmo que não tenha deficiência. Amaral (2000) afirma que a presença de pessoas com deficiência nas universidades é um processo interativo, assegurado pelos direitos dessas pessoas à igualdade de oportunidades e à participação social.

No Brasil a importância da acessibilidade física em edifícios públicos é garantida por lei, e no caso de instituições de ensino, o não cumprimento a essas legislações acaba por impedir o seu potencial inclusivo, restringindo seu uso por pessoas com deficiência ou algum tipo de



restrição de mobilidade, visto que muitas destas acabam por desistir de estudar por causa das barreiras físicas e sociais encontradas nas escolas e universidades. (DO NASCIMENTO et al., 2016). Segundo Costa e Meira, - (2010) -, “as universidades, por possuírem papel de instituições educadoras, deveriam ser consideradas modelos de inclusão e democracia para a sociedade. Na prática, o ensino superior não é acessível a grande parte da população, constituída por pessoas com deficiência.” A questão é complexa, e vai desde à falta de acessibilidade ao ambiente físico, no nível da edificação, passando pelo sistema de transportes, da infraestrutura urbana até à comunicação e à informação.

A Ergonomia segundo a definição do International Ergonomics Association (IEA) consiste no “estudo científico da relação entre o homem e seus meios, métodos e entre o homem e seus meios, métodos e espaços de trabalho. Seu objetivo é elaborar, mediante a contribuição de diversas disciplinas científicas que a compõem, um corpo de conhecimentos que, dentro de uma perspectiva de aplicação, deve resultar em uma melhor adaptação ao homem dos meios tecnológicos e dos ambientes de trabalho e de vida”. A Ergonomia do Ambiente Construído, Villarouco (2008) consiste na adaptabilidade ergonômica de um espaço, incluindo o atendimento aos anseios dos usuários, nos diversos aspectos e sentimentos que a configuração do espaço pode provocar. Para um ambiente ser considerado ergonomicamente adequado devem ser observados vários aspectos, tais como: acessibilidade, conforto acústico, conforto térmico, conforto lumínico, layout e postos de trabalho, mobiliário, percepção do usuário, revestimentos e segurança. A ergonomia do ambiente construído vai além das questões arquitetônicas, focando o seu posicionamento na adaptabilidade e conformidade do espaço às tarefas e atividades que neles irão se desenvolver. (MONT'ALVÃO, 2006).

A educação inclusiva pode ser definida como a prática da inclusão de todos – independentemente de seu talento, deficiência, origem socioeconômica ou cultural – em escolas e salas de aula provedoras, onde as necessidades desses alunos sejam satisfeitas (STAINBACK; STAINBACK, 1999, p. 21). Martins et al. (2008, p. 19) acrescenta esse “movimento que busca repensar a escola, para que deixe de ser a escola da homogeneidade e passe a ser a escola da heterogeneidade, para que a escola da discriminação dê lugar à escola aberta a todos”. Neste mesmo sentido, Mantoan (2003, p. 19) afirma que o mais relevante no conceito de inclusão escolar é que “todos os alunos, sem exceção, devem frequentar as salas de aula do ensino regular”. Segundo Correia (2010, 2013) a educação inclusiva é aquela que



respeita três níveis de desenvolvimento essenciais do discente – académico, socioemocional e pessoal –, orientando-se, assim, para a maximização do potencial do aluno.

No Brasil, o Ministério da Educação – MEC, implementou a Política Nacional de Educação Especial: Equitativa, Inclusiva e com Aprendizado ao Longo da Vida (PNEE 2020), instituída por meio do Decreto nº 10.502, de 30 de setembro de 2020, que assegura acesso ao ensino regular a alunos com deficiências diversificadas: intelectual, física, surdos, cegos, com transtornos globais do desenvolvimento e a alunos com altas habilidades/superdotação, desde a educação infantil até a educação superior.

O termo acessibilidade é muito amplo e possui várias definições. Segundo a NBR 9050 (ABNT, 2015), a acessibilidade representa:

possibilidade e condição de alcance, percepção e entendimento para utilização, com segurança e autonomia, de espaços, mobiliários, equipamentos urbanos, edificações, transportes, informação e comunicação, inclusive seus sistemas e tecnologias, bem como outros serviços e instalações abertos ao público, de uso público ou privado de uso coletivo, tanto na zona urbana como na rural, por pessoa com deficiência ou mobilidade reduzida.

De acordo com Sasaki (2002), é possível identificar seis tipos de acessibilidade: atitudinal, arquitetônica, comunicacional, instrumental, metodológica e programática. A acessibilidade atitudinal refere-se à percepção do outro sem preconceitos, estigmas, estereótipos e discriminações. Todos os demais tipos de acessibilidade estão relacionados a essa, pois é a atitude da pessoa que impulsiona a remoção de barreiras. A priorização de recursos para essas ações é um indicativo da existência de acessibilidade atitudinal. A acessibilidade arquitetônica (também conhecida como física) refere-se à eliminação das barreiras ambientais físicas nas residências, nos edifícios, nos espaços e equipamentos urbanos. Os exemplos mais comuns de acessibilidade arquitetônica são a presença de rampas, banheiros adaptados, elevadores adaptados, piso tátil, entre outros. A acessibilidade metodológica (também conhecida como pedagógica) refere-se à ausência de barreiras nas metodologias e técnicas de estudo, esta acessibilidade irá determinar, ou não, a remoção das barreiras pedagógicas. Por fim, a acessibilidade programática relaciona-se à eliminação de barreiras presentes nas políticas públicas (leis, decretos, portarias, normas, regulamentos, entre outras).



O termo Desenho Universal significa Desenho para todos, e surgiu da necessidade de criar espaços livres e inclusivos para todos, sem barreiras. De acordo com o Decreto nº 5.296/04 o desenho universal consiste na “concepção de espaços, artefatos e produtos que visam atender simultaneamente todas as pessoas, com diferentes características antropométricas e sensoriais, de forma autônoma, segura e confortável, constituindo-se nos elementos ou soluções que compõem a acessibilidade.”



Fig 1 – Estudante com deficiência. Fonte: Fala! Universidades (2018)

O processo evolutivo da inclusão possui vários marcos históricos, mas apesar disso tem caminhado a passos lentos. Ainda na Declaração de Salamanca (1994) foi definido que as “escolas inclusivas devem reconhecer e responder às diversas necessidades dos seus alunos, acomodando estilos e ritmos de aprendizagem e assegurando uma educação de qualidade a todos, através de currículos apropriados, arranjos organizacionais, estratégias de ensino, uso de recursos e parceria com as comunidades.” A Declaração de Madri (2002), focalizou os direitos das pessoas com deficiência, as medidas legais, a vida independente, entre outros. No Brasil, com a Resolução nº 2/2001, da Câmara de Educação Básica – CEB, do CNE, que instituiu as Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica, verificou-se um avanço significativo na perspectiva da universalização e atenção à diversidade, na educação brasileira, com a seguinte recomendação: “Os sistemas de ensino devem matricular todos os alunos, cabendo às escolas organizar-se para o atendimento aos educandos com necessidades educacionais especiais, assegurando as condições necessárias para a educação de qualidade para todos”.



2. 1 O PROCESSO DE INCLUSÃO DE PESSOAS COM DEFICIÊNCIA NO ENSINO SUPERIOR, APÓS A LEI 13.409/2016

No Brasil, a Lei 13.409/2016, sancionada no dia 28 de dezembro de 2016 estabelece que as pessoas com deficiência sejam incluídas no programa de cotas de instituições federais de educação superior, as cotas já contemplam estudantes vindos de escolas públicas, de baixa renda, negros, pardos e indígenas. Atualmente, as instituições federais de educação superior reservam no mínimo 50% de suas vagas nos cursos de graduação, por curso e turno, para estudantes que tenham cursado integralmente o ensino médio em escolas públicas. Dentro dessa cota, 50% das vagas deverão ser reservadas a estudantes de famílias com renda igual ou inferior a 1,5 salário mínimo per capita. (SENADO FEDERAL) O preenchimento das cotas se dá de acordo com a proporção de autodeclarados pretos, pardos e indígenas na população da unidade da federação (estados ou DF) em que a instituição se encontra. A nova lei acrescenta as pessoas com deficiência a essa cota, que também será regida pela proporcionalidade em relação à população, medida pelo último censo do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Segundo o Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas (INEP), entre os inscritos em 2015 em instituições federais de educação superior, 50.220 pessoas declararam ter alguma deficiência, incluindo autismo, baixa visão, cegueira, deficiência auditiva, deficiência física, discalculia, dislexia, surdez e surdo cegueira. Os principais recursos ou auxílios solicitados foram: auxílio de leitor, auxílio para transcrição, guia-intérprete, intérprete de LIBRAS, leitura labial, mesa com cadeira separada, mesa para cadeira de rodas, prova ampliada, prova em Braille, prova super ampliada e sala de fácil acesso. O princípio da acessibilidade é que todos devem aprender juntos, independentemente das dificuldades ou diferenças individuais. No entanto, a realidade desse processo inclusivo é bem diferente do que se propõe nesse conjunto de leis e requer muitas discussões relativas ao tema.

A tabela 1 representa o quantitativo de matrículas em cursos de graduação de alunos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento ou altas habilidades/superdotação, segundo o Censo da Educação Superior, 2019. Percebemos então a evolução da procura por cursos, representada pelo crescente número de estudantes com deficiência matriculados no ensino superior, mas em contrapartida à este crescimento observamos que o valor do percentual em 2019 representa apenas 0,56%, demonstrando que não chega a 1%, representando de forma clara como precisamos ainda evoluir na educação inclusiva.



Número de matrículas em cursos de graduação de alunos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento ou altas habilidades/superdotação – Brasil 2009-2019

Ano	Número de Matrículas de Alunos com Deficiência, Transtornos Globais do Desenvolvimento ou Altas Habilidades/Superdotação	Percentual em Relação ao Total de Matrículas em Cursos de Graduação
2009	20.530	0,34%
2010	19.869	0,31%
2011	22.455	0,33%
2012	26.663	0,38%
2013	29.221	0,40%
2014	33.475	0,43%
2015	37.986	0,47%
2016	35.891	0,45%
2017	38.272	0,46%
2018	43.633	0,52%
2019	48.520	0,56%

Tabela 1 – Número de matrículas em cursos de graduação de alunos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento ou altas habilidades/superdotação – Fonte: MEC/Inep; Censo da Educação Superior, 2019.

Número de matrículas em cursos de graduação de alunos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento ou altas habilidades/superdotação, por tipo de deficiência – Brasil 2019

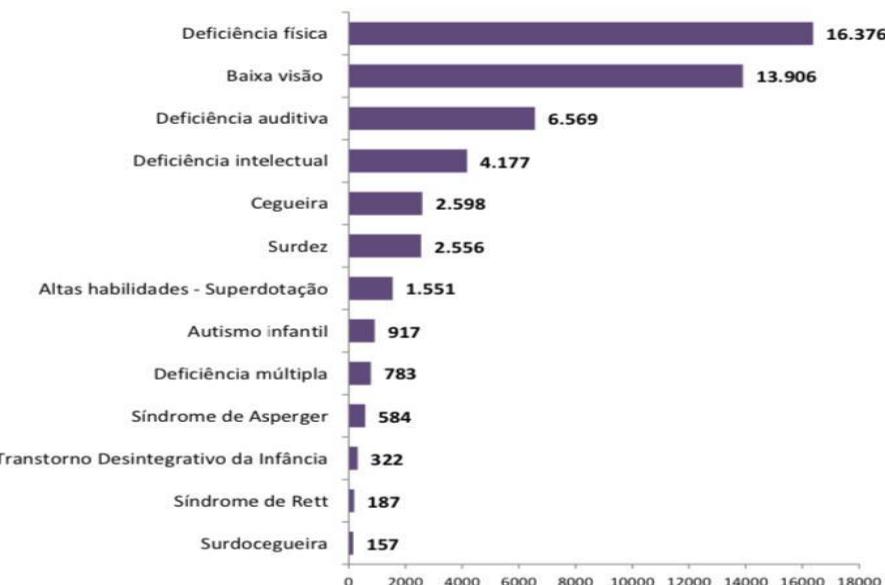


Tabela 2 – Número de matrículas em cursos de graduação de alunos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento ou altas habilidades/superdotação, por tipo de deficiência. – Fonte: MEC/Inep/ 2019



O Ministério da educação (MEC) dispõe do Programa de Auxílio Financeiro ao Desenvolvimento Acadêmico dos Estudantes com Deficiência – PADA PcD, instituído pela Resolução COSUEN 16/2018, que tem como principais metas viabilizar o acesso e permanência de estudantes com deficiência na universidade, minimizar os efeitos da desigualdade social por meio de implementação de políticas públicas e estimular a conquista e o exercício da autonomia dos(as) estudantes com deficiência da graduação. O quantitativo de auxílios disponibilizados depende de orçamento estipulado pela Pró Reitoria de Graduação (PROGRAD) e os discentes com deficiência da graduação interessados devem se inscrever no período definido em cronograma para concorrer ao auxílio de R\$400,00 (quatrocentos reais), os critérios de avaliação e inserção são definidos no edital do programa.

Segundo o Censo de Educação Superior (2019) os cinco cursos superiores mais procurados, em ordem decrescente, são: Direito, Pedagogia, Administração, Contabilidade e Enfermagem, mas percebe-se que há pouca divulgação sobre informações básicas relativas aos cursos superiores, para os alunos PcD. Quais são os cursos mais procurados entre as pessoas com deficiência? Quais as instituições que possuem tradutores-intérpretes de Libras (TILS), tecnologia assistiva, softwares específicos, auxílio de leitor, auxílio para transcrição entre outros. Como saber se naquele curso tão desejado pelo estudante há estrutura necessária para torná-lo possível? Percebe-se pouca informação para a comunidade de PcD.

Esta pesquisa busca colaborar na reflexão sobre o cenário atual de oportunidades oferecido às pessoas com deficiência que sonham ingressar, e permanecer, na educação superior, mas que esbarram muitas vezes inicialmente através da precariedade da divulgação de informações relevantes: como os programas de apoio governamental existentes, a estrutura física das instituições, pessoal qualificado nos núcleos de apoio, e os laboratório com recursos de tecnologia assistiva. Toda essa rede de apoio é necessária para assegurar a real inclusão da pessoa com deficiência nas instituições públicas, a partir da lei de cotas.

2. 2 O PAPEL FUNDAMENTAL DOS NÚCLEOS DE INCLUSÃO

Nas universidades federais foram criados os Núcleos de Acessibilidade (NACE). Na Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), objeto da próxima pesquisa, foi criado em junho de 2014, com a finalidade de atender às pessoas com deficiência e necessidades específicas. O NACE promove ações que visam eliminar barreiras atitudinais, arquitetônicas, comunicacionais, metodológicas, instrumentais, programáticas que restringem a participação e o desenvolvimento



acadêmico e profissional com a finalidade de apoiar, orientar e acompanhar a inclusão dos discentes e servidores docentes e técnico-administrativos em educação com deficiência e necessidades específicas no ambiente acadêmico. (NACE, 2016). Entre as ações do NACE podem ser citadas a tradução e interpretação em Língua Brasileira de Sinais (Libras) nas Aulas Magnas e eventos da UFPE; a distribuição de cadeiras de rodas motorizadas; a distribuição de scanners de voz, visor ampliador portátil, lupa eletrônica e apoiadores de livros; a distribuição de diversos recursos de tecnologia assistiva, tais como: computadores com o software JAWS; entre outras. A UFPE busca solucionar problemas relacionados à acessibilidade em diferentes aspectos, através do NACE.

3. METODOLOGIA

Esta pesquisa, de recorte mais prático que teórico, adota uma abordagem qualitativa, visto que interpreta um fenômeno estudado e o método científico deve ser indutivo, o qual procura avaliar um determinado número de incidências de um determinado fenômeno que se observa. Segundo Lorgus (2011) esse tipo de pesquisa possui mais flexibilidade e se fundamenta na subjetividade do pesquisador, sendo assim uma análise interpretativa.

O desenvolvimento deste artigo teve como base uma revisão geral sobre conceitos da literatura que embasam as questões pertinentes ao tema, tais como: Ergonomia, Educação Inclusiva, Acessibilidade e Desenho Universal. Foram pesquisados artigos científicos, dissertações e teses sobre inclusão de PCD em cursos superiores, e livros, mais precisamente *Acessibilidade e Inclusão no ensino superior: Reflexões e ações em universidades brasileiras*. Foram pesquisados dados do Censo da Educação Superior 2019 divulgados em 2020, do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais (INEP), foram analisados dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) através da Pesquisa Nacional de Saúde 2013, a Política Nacional de Educação Especial: Equitativa, Inclusiva e com Aprendizado ao Longo da Vida (PNEE 2020).

Este artigo terá continuidade posteriormente, através de pesquisa sobre os núcleos de inclusão nas universidades, mais especificamente na Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), na Universidade de Pernambuco (UPE), e no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Pernambuco (IFPE) – *Campi Recife*.



4. RESULTADOS E DISCUSSÕES

Apesar da política nacional para a pessoa com deficiência ter evoluído ao longo destes últimos anos, percebe-se através de Pesquisas Nacionais de Saúde (PNS) 2019, que muito ainda se tem que caminhar para uma sociedade mais inclusiva. O percentual de PCD nas universidades não chega a 1%, e desse pequeno percentual apenas 28,3% deles estão na força de trabalho. É inadmissível que 67,6% da população com deficiência ainda não tenha instrução ou possua o ensino fundamental incompleto, e apenas 28,3% deles esteja no mercado de trabalho. Apesar de estarmos avançando a cada ano, há muito ainda a ser feito para alcançarmos uma sociedade mais inclusiva. Percebe-se que as instituições ainda não estão plenamente preparadas para esse público e esse processo precisa ser acelerado, daí a importância dos núcleos de apoio existentes nas instituições no acolhimento destes estudantes

Sabemos que as barreiras são muitas: atitudinais, arquitetônicas, comunicacionais, metodológicas e instrumentais, e todas afetam e interferem de forma decisiva na vida das pessoas com deficiência, mas percebe-se que existe também barreiras de comunicação, representadas pela pouca ou nenhuma divulgação de informações relevantes para o acesso e permanência de PCD nas instituições: como os programas de apoio governamental existentes, a acessibilidade na estrutura física das instituições, pessoal qualificado nos núcleos de apoio, e os laboratórios com recursos de tecnologia assistiva. Toda essa rede de apoio é necessária para assegurar o acesso e a permanência da pessoa com deficiência nas instituições, e precisa ser plenamente compartilhada para a comunidade PCD.

5. CONCLUSÕES

O processo de inclusão é complexo, e vai desde à falta de acessibilidade ao ambiente físico da edificação, passando pelo sistema de transportes, da infraestrutura urbana até à comunicação e à informação, mas é inadmissível que 67,6% da população com deficiência ainda não tenha instrução ou possua o ensino fundamental incompleto, as instituições e o Estado precisam acelerar o processo de inclusão. O acesso à educação superior proporcionado pelas cotas representa um passo importante na inclusão de PCD, mas é preciso que as instituições acelerem o processo de inclusão, fortalecendo os núcleos de inclusão existentes nas instituições de ensino, valorizando os tradutores intérpretes de Língua de Sinais e aumentando o quantitativo deles, através de mais cursos de qualificação, melhor equipando os laboratórios de tecnologia assistiva em prol de uma sociedade mais igualitária.



A presença de pessoas com deficiência nas universidades é um processo interativo, e extremamente benéfico para a sociedade como um todo. Uma sociedade inclusiva reconhece e valoriza a diversidade como característica inerente à constituição de qualquer sociedade. Segundo Rocha (UFG) a acessibilidade é um tema carente e urgente e todos nós podemos fazer a diferença, todos nós podemos ser, também, especiais.

REFERÊNCIAS

O PROGRAMA INCLUIR E A ACESSIBILIDADE NA UFPE - ANA LUCIA MENEZES DA SILVA - Recife 2020 <https://repositorio.ufpe.br/handle/123456789/38818>

ACESSIBILIDADE FÍSICA NA UFPE: Mapeamento, Diagnóstico e Recomendações - Ana Tereza de Assis Santos - Recife 2017 <https://repositorio.ufpe.br/handle/123456789/31171>

NÚCLEO DE ACESSIBILIDADE NA UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO: o que aponta o contexto da prática sobre a inclusão de estudantes com deficiência – DÁFINE LEMOS DA COSTA BORBA - Recife 2021 <https://repositorio.ufpe.br/handle/123456789/42712>

POLÍTICAS PÚBLICAS PARA PESSOAS COM DEFICIÊNCIA: APARATO LEGAL E IMPLEMENTAÇÃO NO ENSINO SUPERIOR - GILMARA CARDOSO ALVES – Recife 2016

<https://repositorio.ufpe.br/bitstream/123456789/26010/1/DISSERTA%C3%87%C3%83O%20Gilmara%20Cardoso%20Alves.pdf>

PERCEPÇÕES DE ESTUDANTES COM DEFICIÊNCIA SOBRE INTEGRAÇÃO, ACESSIBILIDADE E INCLUSÃO NO INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE PERNAMBUCO – JULIANE MARQUES SANTIAGO DE ABREU Campus Recife – Olinda PE
<file:///C:/Users/anama/Documents/ERGONOMIA/PROCEDIMENTOS%20METODOL%C3%93GICOS%20E%20CIENT%C3%88DFICOS/ACESSIBILIDADE/-%20Disserta%C3%A7%C3%A3o Juliane%20Santiago.pdf>

Sá, Ana Claudia Maranhão *Acessibilidade e Inclusão no ensino superior: Reflexões e ações em universidades brasileiras* [Ebook] / Ana Claudia Maranhão Sá, Vanessa Helena Santana Dalla Déa. – Goiânia: Cegraf UFG, 2020. 116 p.: il. – (Coleção Inclusão)

file:///C:/Users/anama/Documents/ERGONOMIA/PROCEDIMENTOS%20METODOL%C3%93GICOS%20E%20CIENT%C3%88DFICOS/ACESSIBILIDADE/LIVRO%20Acessibilidade%20e%20Inclusao_Ensino_Superior.pdf

<https://anup.org.br/noticias/cresce-o-numero-de-estudantes-com-deficiencia-matriculados-no-ensino-superior/>



<https://querobolsa.com.br/revista/numero-de-estudantes-com-deficiencia-cresce-no-ensino-superior-mas-permanencia-esbarra-na-falta-de-acessibilidade>